

TRANSPORTES ESCOLARES: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA ZONA RUARAL

Vitória Kelly Rodrigues¹
Josefa Márcia Barboza da Silva²
Núbia Monique Pereira Barbosa³
Josandra Araújo Barreto de Melo⁴

RESUMO

Diante do contexto atual, a educação é um direito garantido a todos, seguindo esse viés, cabe salientar a importância dos transportes escolares (TE) para aqueles alunos que moram longe dos centros urbanos e que necessitam se deslocarem da zona rural (ZR) para a zona urbana (ZU). Mediante ao exposto, o presente artigo buscou analisar a importância dos transportes escolares destinados para os alunos que residem na zona rural do Município de Santa Cecília, na Paraíba, bem como analisar os possíveis impactos que seriam causados caso não houvesse TE para o deslocamento dos estudantes da zona rural deste município. Nesse direcionamento, foi realizada uma pesquisa de campo com a finalidade de entender como os transportes escolares para a zona rural se tornam primordiais para a educação, assim, foi feito questionários com os estudantes que vivem na ZR e, também, com professores. Os questionários foram feitos em uma escola Municipal na ZU de Santa Cecília, chamada Antônio da Costa Gomes, oferecendo aulas do ensino fundamental I e fundamental II, anos finais. Tendo concluído a pesquisa no campo, foi possível observar a importância dos transportes que são disponibilizados para atender alunos que moram distante da cidade, isso porque evita a evasão escolar daqueles que moram no sítio, uma vez que eles podem ir e vir em segurança e, também, que com os transportes disponíveis, os estudantes podem estar presentes todos os dias na escola, já que os TE são responsáveis por buscar os alunos da ZR e levá-los até a escola na ZU.

Palavras chaves: Transportes escolares. Estudantes. Zona rural.

INTRODUÇÃO

Quando se analisa as condições de transportes para alunos da zona urbana, nota-se que não há tantas dificuldades, já que residem nas áreas urbanas e dispõe de vários veículos de fácil acesso Silva (2009), no entanto, quando é analisado o cenário dos alunos da zona rural, verifica-se uma realidade totalmente diferente, visto que os alunos se tornam dependentes das condições

¹ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, vitoria.rodrigues@aluno.uepb.edu.br

² Graduando do curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, marcia.barboza@aluno.uepb.edu.br

³ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, nubia.barbosa@aluno.uepb.edu.br

⁴ Doutora pelo Curso de recursos naturais da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, ajosandra@yahoo.com.br;

do governo, como é o caso do transporte escolar para ir até à escola, já que como afirma Silva (2009, p. 2) “acontece que apenas a garantia da vaga em uma escola pública não é condição suficiente para possibilitar a educação ao uma criança”.

Seguindo esse viés, observa-se que o transporte escolar é uma política educacional essencial para que os estudantes tenham acesso ao ambiente escolar, sendo assim, o assunto voltado para políticas dos transportes escolares vem ganhando notoriedade nas discussões relacionados a educação, tanto no âmbito nacional, como no regional e local, Gonçalves e Wanzinack (2020).

Na atual conjuntura em que vivemos, faz-se importante analisar a importância que os transportes escolares têm na vida dos jovens estudantes e de como é benéfico para a Educação essa alternativa de locomoção, já que é necessário se lutar pela educação como um direito à todos, ou seja, para que o direito à educação seja validado, é necessário que haja transportes escolares para garantir o que foi promulgado na constituição.

Desse modo, tem-se por objetivo desta pesquisa analisar a importância dos transportes escolares para os alunos que vivem em áreas rurais, bem como, no mesmo direcionamento, averiguar quais impactos causariam na vida dos estudantes e, também, na educação caso não houvesse políticas públicas de transportes escolares.

Inicialmente, foi analisado as leis que falam a cerca da garantia do TE para áreas rurais, em seguida, buscou-se, por meio de revisões bibliográficas, estudos referentes a importância do transporte escolar para a zona rural que vai em destino a zona urbana. Assim sendo, contemplamos a própria constituição de 1988, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações, buscamos apoio nos estudos de Martins (2010) que analisa em seu trabalho, principalmente, os impactos no rendimento escolar dos alunos, também de Gonçalves e Wanzinack (2020), na qual avaliam, sobretudo, a importância do TE para a Educação e entre outros autores. Em campo, se realizou a aplicação de um questionário com discentes e docentes para analisar a importância do TE.

Os resultados mostraram-se acordo com o objetivo da pesquisa,

Destarte, é primordial que pesquisas que analisam os impactos positivos e/ou negativos da falta ou da presença de transportes para a ZR, porque é através de pesquisas que se pode melhorar todo o cenário educacional, especialmente para aqueles jovens que residem em áreas rurais e dependem de transportes escolares para estudarem, e como também garante a Continuação Federal, no artigo 206º, “igualdade de condições para o acesso e permanência

na escola” (Brasil, 1988), ficando claro a importância de pesquisas para assegurar o que foi assegurado pela carta magna.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado a partir de pesquisas sobre a importância de transportes escolares para alunos das zonas rurais da cidade de Santa Cecília, na Paraíba, na escola Antônio da Costa Gomes, evitando assim, que muitos acabem desistindo da escola por falta de veículos. Esta pesquisa está ancorada numa abordagem qualitativa, de acordo com Minayo e Sanches (1993), a abordagem qualitativa realiza aproximação do sujeito e objeto.

Os pesquisadores vão a campo em busca de coletar informações voltadas para o tema da pesquisa, por meio de pessoas que fazem parte deste contexto. Assim, foi realizado questionários com os alunos da escola Antônio da Costa Gomes, na cidade de Santa Cecília, na Paraíba, que residem na ZR e necessitam de transportes escolares e com os professores para fazer uma análise sobre a importância dos ônibus escolares para áreas rurais. De acordo com Amaro, Póvoa e Macedo (2005, p. 3) “um questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo-representativo da população em estudo.”

Após a primeira etapa, que foi coletar os dados, houve uma segunda etapa que é analisar os dados que foram obtidos na pesquisa, dessa forma, foi possível observar se o que os autores disseram foi de encontro com a pesquisa de campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conceição e Cavalcanti (2021, p. 4) ainda apontam que:

"Teoricamente, uma política se inicia no momento em que um assunto (issue) é considerado pelo poder público um problema e, passa a fazer parte da agenda governamental. Ou seja, a partir do momento em que percebe a necessidade em tomar uma decisão a respeito do problema. Nesse sentido, as alternativas e ações são escolhidas e implementadas a fim de resolver-lo.",

Sendo assim, com os transportes escolares, os impactos que possivelmente seriam causados se não houvesse, são resolvidos. É importante enfatizar a importância de TE para áreas afastadas das cidades, para aqueles alunos que não tenham condições de ir para a escola em outro meio de transporte. Como afirma as autoras que foram mencionadas acima (2021, p. 1):



O Brasil carrega marcas históricas que advém do processo de colonização, que destinou o espaço geográfico por vários séculos à função de produção e suplementos de bens primários que fossem necessários para o atendimento do interesse da metrópole e do capitalismo. Essa colonização estabeleceu uma estrutura econômica que deixou marcas sociais que ainda estão presentes, principalmente, no que tange a área rural: a concentração de renda a pobreza e a exclusão social. (Conceição e Cavalcanti, 2021, p. 1).

Nesse viés, observamos que desigualdades sociais existem e que medidas são e devem ser tomadas para que essas disparidades diminuam. No artigo 205º da constituição deixa claro que a educação é um direito de todos, sendo dever do Estado e da família, além de que prezam pelo desenvolvimento da pessoa, seu exercício na cidadania e sua qualificação para o trabalho, (Brasil, 1988). Também, destaca-se nesse cenário, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/1996), que garante o ensino obrigatório dos 04 anos aos 17 anos de idade (Brasil, 1996), sendo assim, pode-se observar a necessidade de garantir a educação a todos os cidadãos e que os alunos não encontrem empecilhos para educação, que por lei, tem direito.

Assim, o governo criou medidas que assegurassem a permanência do aluno na escola, assim, programas foram criados, como programas de material didático-escolar, alimentação, assistência à saúde e, também, de transportes (Martins, 2010).

Segundo Faria, oliveira e Carvalho (2020, p.1)

“No Brasil, é previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996) no qual fica estabelecido que é obrigação dos estados e municípios ofertarem o transporte escolar gratuito e do Estado o fornecimento de manutenção aos programas de transporte escolar.”

Vê-se, portanto, a necessidade do bom funcionamento dos transportes para que os alunos consigam ir de casa até à escola em segurança e, também, evitando sua ausência por conta da falta de manutenção.

É notório que se não houvesse TE para a ZR, haveria evasão escolar, já que muitos dependem desse transporte para ir até à escola. Guimarães (2010) apud Martins (2010) afirma que é visível as desigualdades entre ZR e ZU, já que a necessidade de TE na cidade não é tão prejudicial como no meio rural.

Essa necessidade dos estudantes se deslocarem para a cidade é explicada mediante a redução das escolas públicas no campo, fazendo-se importante o transporte escolar como principal meio desses alunos (Martins, 2010). Com a redução dessas escolas no campo, necessita-se de meios para que o aluno continue frequentando a sala de aula, dessa forma, o governo implementa programas para auxiliar a educação.

Podemos observar, até aqui, que os transportes são necessários para a continuação do aluno na escola, segundo Cavalcante e Junior (2013) apud Silva e Portugal (2022, p. 1) “Políticas públicas eficazes de transporte podem ser um dos fatores externos que influenciam o desempenho escolar, pois são de extrema importância para o deslocamento dos alunos até a escola. Ainda as autoras supracitadas mencionam:

Devido à importância do transporte escolar, o governo federal promove programas, desde o ano de 1994, mediante ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os principais programas são o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), que vigorou de 1994 a 2007, e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), em vigência desde 2004, e o Programa Caminho da Escola, criado em 2007 financiado pelo BNDES para a aquisição de veículos novos para o transporte de estudantes. (Silva e Portugal, 2022, p. 2).

Ao se extrair mais informações sobre o FNDE, Ferreira (2020) aponta que o PNATE consiste, especialmente, na transferência de recursos para custear a despesas do TE. Pode-se ver, com clareza, o compromisso que o governo tem em garantir o transporte escolar para a população em idade escolar. Conforme Feijó (2006, p. 2) apud Ferreira (2020) o TE pode garantir permanência do aluno na escola, além de melhorar a frequência escolar, fazendo valer, assim, o direito dos estudantes.

Ao analisar a Lei N° 10.880 de 9 de junho de 2004, no seu artigo 2° diz o seguinte:

Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE, no âmbito do Ministério da Educação, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta lei. (Brasil, 2004).

Pode-se ver, o comprometimento do Estado em garantir educação a todos, principalmente aqueles distantes das zonas urbanas, sabendo que sem os transportes para essas áreas causaria impacto na educação, seja através da evasão ou faltas constantes.

A utilização do meio de transporte escolar é uma das principais maneiras de suprir a demanda de alunos que residem nas áreas afastadas das cidades (Jesus, 2020), mostrando assim, o quanto os transportes escolares vão de encontro com o apoio a Educação.

O TE influencia diretamente na vida escolar do estudante da ZR, uma vez que para que esse aluno ter acesso e, também, permanecia na escola, ele precisa, primeiramente, de um transporte para poder se locomover, sendo indiscutível que, se não houvesse programas que garantissem o direito de estar à escola, os que necessitam ir para a cidade, certamente estariam fora da escola por falta das condições de acesso.

Cruz e Moura (2013, p. 2) apud Furtado e Pereira (2017, p. 5) aponta que

“a questão da evasão escolar motivada pela dificuldade de acesso, ou seja, pela distância entre a casa dos alunos da zona rural e as escolas, é reconhecida pelo governo federal, que, desde 1994, desenvolve políticas de assistência financeira a estados e municípios voltados ao transporte escolar”.

Vê-se que são medidas que foram tomadas a fim de reduzir os problemas enfrentados pelos alunos até chegar à escola. O uso do TE atende uma grande demanda de jovens, seja através de veículos próprios das prefeituras ou veículos terceirizados, mas todos eles a fim de garantir educação a todos.

Gularte (2023, p. 2) menciona o seguinte:

“O ensino público nacional além de ofertar vagas escolares, e tem como responsabilidade disponibilizar um meio para os alunos chegarem até as escolas. O transporte escolar rural hoje é o alicerce para o desenvolvimento dos estudos das pessoas residentes do campo, responsável pelo acesso e a permanência dos mesmos, que são 15,8% dos brasileiros conforme a pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD, 2015)”

Fica mais evidente ainda o quão positivo é esses programas para promover uma educação para todos na sociedade brasileira e, que sem eles, pouco provável teríamos de fato o que foi posto na Constituição Federal e em outros meios do governo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo foi realizada na escola Antônio da Costa Gomes, na rua Florinda Marques de Oliveira, na cidade de Santa Cecília - Paraíba / CEP: 58463-000. Essa instituição foi escolhida pelo fato que fica localizada na cidade e os alunos precisam se deslocar da zona rural até ela, ou seja, há uma grande quantidade de alunos de áreas rurais neste ambiente. A escola oferece aulas nos três períodos: diurno, vespertino e noturno. Oferece, ainda, pré-escola, fundamental I e fundamental II, à noite, se destaca o EJA. Só esta escola na cidade da rede municipal, então maioria dos alunos estão concentradas nela.

Inicialmente, foi levantado uma pesquisa com os professores para saber a importância dos transportes escolares para os estudantes e para a educação. Assim, a base de questionário, foram elaboradas algumas perguntas pelos pesquisadores para serem aplicados aos professores. Participaram da pesquisa oito professores deste questionário, na qual não serão identificados por questão de ética, no entanto, um deles é do sexo masculino e oito do sexo feminino.

As perguntas foram feitas da seguinte maneira:

1. Quais impactos seriam causados na educação caso não houvesse transporte escolar para a zona rural?

2. Se não houvesse transporte escolar para a zona rural, a quantidade de alunos na escola diminuiria?
3. O transporte escolar torna-se necessário para os estudantes da zona rural?
4. Quando, por uma eventualidade, algum transporte não comparece a zona rural, os alunos dependentes de transporte comparecem a escola?

Sendo assim, a primeira pergunta todos assinalaram que a “haveria evasão escolar dos alunos que residem nas áreas rurais”, na segunda pergunta, todos responderam que “sim”, na terceira, todos também responderam “sim”, na quarta e última pergunta, quatro professores responderam “não” e outros quatro responderam “alguns”. Através dessa análise, podemos observar que, de fato, sem o transporte escolar, a educação poderia entrar em colapso, já que os alunos que residem na ZR não poderiam frequentar a escola.

Para Guimarães (2004) apud Conceição e Cavalcanti (2021, p. 1) “um dos principais problemas enfrentados pela população mais carente e vítima das desigualdades sociais é justamente o acesso ao sistema público de ensino”, nesse direcionamento, sabendo o quanto pessoas das áreas rurais são afetadas pela desigualdade, a fim de diminuir as disparidades, é primordial que transportes sejam destinados para locais afastados da ZU, já que muitas das vezes é o único meio de transporte gratuito que aluno consegue ir à escola.

Portanto, fica claro que os professores afirmam que os haveria grandes impactos na educação, especialmente a evasão escolar, caso não houvesse transporte escolar, ainda afirmam que o transporte escolar se torna essencial para áreas rurais, logo, professores em sala se aula observam as dificuldades de locomoção quando falta transporte para alguma área rural.

Em um segundo momento, foi a vez de passar o questionário para os alunos que residem na zona rural, desta pesquisa, participou 17 alunos que residem em diferentes zonas rurais, sendo eles, 5 do sexo feminino e 12 do sexo masculino, todos esses alunos têm menos de quinze anos. Foi realizado um questionário com alternativas para marcarem uma opção que achassem condizente com sua realidade. É importante enfatizar que foi sugerido, pela secretaria, a turma do 6º ano, visto que toda a turma é de alunos da zona rural. As perguntas que foram elaboradas a seguir:

1. O transporte escolar é importante para a zona rural?
2. Se não houvesse transporte escolar, teria como comparecer a escola todos os dias?
3. Como avalia o transporte escolar?

4. Há possibilidades de frequentar a escola no dia que o transporte escolar não compareça a zona rural?

Dessa forma, para a primeira pergunta obtivemos a seguinte resposta: um aluno respondeu que “não”, um estudante deixou a pergunta em branco e quinze alunos responderam que “sim”, na segunda pergunta, três responderam “sim”, e quatorze, “não”, na terceira, seis assinalaram “bom”, quatro pessoas assinalaram, “ruim” e sete assinalaram “muito bom”, por último, nove estudantes responderam que “não” e oito responderam que “sim”.

Podemos ver, a partir das respostas dos alunos, que o TE é necessário na realidade deles, já que maioria deles afirmaram que é inviável comparecer a escola todos os dias sem ter o TE para buscá-los para a ZU. De acordo com Conceição e Cavalcanti (2021), vivemos em um contexto social caracterizado por desigualdades, desse modo, políticas que asseguram o ensino público e gratuito não é o suficiente para assegurar esse direito, porque, se analisar os alunos de ZR, pouco provável que eles conseguiriam ir até a escola sem o TE.

Portanto, não se pode ter educação garantida sem que tenha a disponibilidade de TE para as áreas rurais, e para que o que foi promulgado pela lei seja efetivado, é necessário olhar quais desafios impedem que essa educação para todos aconteça, para que assim, desafios existentes sejam superados.

Dessa forma, para que esse direito a educação de fato seja efetivado na prática, há uma necessidade de transportes escolares para aqueles que moram na zona rural (ZN) e que necessitam se deslocar para a cidade para que possam estudar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um direito a todos os cidadãos, assim como fora mencionado, visando garantir o que foi promulgado pela constituição, criou-se programas que auxiliam a educação de maneira positiva, inclusive programas voltados para o transporte escolar, especialmente para alunos que moram no ZR e necessitam de algum meio de locomoção para ir até à escola, porque moram em áreas afastadas da cidade, onde não há a disponibilidade de escolas em seu local de vivência.

É nesse contexto que alternativas do governo se tornam valiosas mediante as desigualdades encontradas, assim, existem muitas alternativas que podem diminuir a evasão escolar, uma vez que as pesquisadoras notaram que haveria grande evasão escolar, em especial, dos alunos que vivem na ZR, o que seria preocupante.

Desse modo, sem esses programas que beneficiam a população, certamente a educação entraria em colapso. Logo, é sabido que para a educação de fato “valer”, é necessário um conjunto de ações visando seu desempenho. Fica claro, portanto, que essas políticas públicas devem continuar existindo e não só, mas também se dedicarem ao seu aperfeiçoamento, além de que, por hora, garante que alunos da ZR tenha condições de acesso à rede de ensino tal como os alunos da ZU.

REFERÊNCIAS

- AMARO, A. PÓVOA.A. MACEDO, L. **A arte de fazer questionários**. Porto/Portugal, 2005.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL, **Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**.
- CONCEIÇÃO, I. CAVALCANTI, P. A. **A Política do Transporte Escolar Rural: o ‘ônibus amarelinho’ entre ‘o dito’ e ‘o feito’**. Curitiba/ Paraná, 2021.
- FARIA, B. O. L. OLIVEIRA, M. D. CARVALHO, W. L. **REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA EM RELAÇÃO AO TRANSPORTE ESCOLAR**. GOIÁS/2020.
- FERREIRA, J. M. **Condições do transporte escolar rural e suas implicações no rendimento dos alunos**. Ipameri/ Go, 2020.
- FURTADO, L.S. PEREIRA. E.A.D. **A influência do transporte escolar no processo ensino e aprendizado dos estudantes das ilhas de Cameté-PA**. Pará/2017.
- GONÇALVES, D. R. WANZINACK. C. **A importância do transporte escolar na educação: um estudo de caso sobre transporte escolar no município de Guaratuba – Paraná**. Paraná/2020.
- GULARTE, I.S. **Educação do Campo: uma análise do transporte escolar rural na percepção dos alunos**. Santana do Livramento/RS, 2023.
- JESUS, C. B. **O transporte escolar de estudantes da zona rural: dificuldades e desafios enfrentados no percurso**. Arrais/TO, 2020.



MARTINS, A. P. A. Análise dos impactos das condições do transporte escolar rural no rendimento escolar dos alunos. Brasília/DF, 2010.

SILVA, A. R. Metodologia para avaliação e distribuição de recursos para o transporte escolar rural. Brasília/DF, 2009.

SILVA, D. P. PORTUGAL, L. S. Acesso à escola e o papel do transporte escolar: na realidade educacional brasileira. Rio de Janeiro/2022.